

Cláusulas duras

GAZETA MERCANTIL

no acordo com o Clube de Paris

por Celso Pinto
de Paris

O Brasil fechou, nos primeiros minutos de hoje, um acordo de reescalonamento de sua dívida oficial com o Clube de Paris. Tanto o Brasil quanto os países credores tiveram de ceder algo, depois de três dias de longas e duras negociações, que chegaram a passar por momentos tensos.

"O acordo é mais um passo na trajetória de progressos graduais do Brasil", disse o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, a este jornal pouco depois de assinar o acordo com treze países credores e mais três países observadores, no centro de conferência do Ministério das Finanças.

Na quinta-feira da próxima semana, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, estará em Nova York para um encontro com banqueiros, com quem o Brasil espera fechar um acordo nos próximos meses (ver abaixo).

O Brasil queria reescalonar US\$ 14 bilhões de sua dívida de US\$ 21 bilhões. Acabou conseguindo rees-

calonar US\$ 11 bilhões por um prazo de catorze anos e mais US\$ 1,5 bilhão por um prazo de três anos. O prazo foi uma solução conciliatória: o Brasil queria dezoito anos e os credores começaram com apenas dez anos. É importante notar, contudo, que o prazo só começa a contar a partir do final do período de vigência do acordo com o FMI, que vai até o final de agosto de 1993.

Em 1992 e 1993, no entanto, o Brasil acabou comprometendo-se a pagar pouco mais de US\$ 4 bilhões aos credores oficiais, o equivalente a cerca de metade dos atrasados acumulados. O Brasil queria pagar apenas US\$ 3,2 bilhões em 1992 e 1993 e esta diferença acabou sendo a principal razão das dificuldades durante os três dias de negociações.

O Brasil havia aceitado a idéia do Clube de Paris de dar um tratamento equitativo aos credores oficiais em relação ao que se pagará aos bancos privados. Mas, como admite Gros, "é muito difícil definir o que é equitativo". A rigor, o Brasil pagou apenas 25% em dinheiro do total de atrasados devidos aos bancos comerciais e acabou aceitando pagar em 1992 e 1993 metade dos atrasados aos credores oficiais.

De outro lado, contudo, lembra o negociador brasileiro, Pedro Malan, é preciso considerar que o Brasil está pagando 30% dos juros correntes com os bancos e que o esquema de bônus para pagar os 75% através de repagamentos progressivos, baseados num esquema de "tabela price", onde a amortização é incorporada nas prestações. O esquema é realmente bastante

gradual. Em 1995 estão previstos dois pagamentos, um ao final de junho, outro ao final de dezembro. Cada um deles equivale a apenas 0,01% do total da dívida reescalonada. Em compensação, os dois últimos pagamentos, no ano 2006, equivalem a 7,99% do total reescalonado cada um.

As condições obtidas pelo Brasil não foram as melhores já oferecidas pelo Clube de Paris, que já fez acordo com prazo de até 20 anos para reescalonar créditos concessionais. No entanto, é substancial dentro do grupo de países de maior porte.

No acordo anterior, de 1988, o Brasil havia obtido dez anos de prazo com cinco de carência, o mesmo que a Argentina obteve recentemente.

As dificuldades encontradas na negociação, muito maiores do que a equipe brasileira esperava, devem ser atribuídas a três fatores, segundo Gros: o "resquício do passado" das relações do Brasil com os credores oficiais; o tamanho do que foi reescalonado; e as limitações no que o Brasil podia aceitar e oferecer. O ganho, segundo Gros, é especialmente nas expectativas positivas que o acerto da dívida com os credores oficiais traz.

As reservas internacionais do Brasil atingiram seu maior nível desde dezembro de 1982: cerca de US\$ 11,5 bilhões pelo conceito de caixa do Banco Central, que considera o dinheiro disponível. Utilizando-se o conceito de liquidez internacional, o País possui em torno de US\$ 12,5 bilhões.